

MULHERES BRASILEIRAS E GÊNERO NOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO

Daniella Borges Ribeiro*

O livro *A mulher brasileira nos espaços público e privado*, publicado em 2004, resultou de uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo sobre a condição das mulheres no Brasil. Em 2010, esta mesma fundação, em parceria com o Sesc, realizou uma nova pesquisa com o intuito de atualizar os dados, tendo como inovação a participação do público masculino. Essa pesquisa mais atual consta no livro publicado em 2013, *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*, do qual esta resenha trata. Para a coleta de dados, foram entrevistadas 2.365 mulheres e 1.181 homens, com 15 anos de idade ou mais, nas 25 unidades da federação, cobrindo áreas urbana e rural. O livro conta com os prefácios de Iole Ilíada, Maron Emile Abi-Abid, Danilo Santos de Miranda e Eleonora Menicucci de Oliveira, além de uma apresentação escrita por Gustavo Venturini e Tatau Godinho, 26 capítulos e, em anexo, alguns dados tabelados a partir da pesquisa quantitativa.

195

No primeiro e segundo capítulos, discutem-se os resultados de perguntas gerais sobre a percepção de ser mulher e de ser homem. Das mulheres brasileiras entrevistadas, 74% afirmaram que sua situação está melhor do que no passado, contra 19% que afirmaram que a situação piorou. Noventa por cento dos entrevistados e 94% das mulheres afirmaram que há machismo no Brasil, mas, em

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Mestrado em Política Social/UFES. Graduação em Serviço Social. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP. Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Comunicação - Jornalismo e Serviço Social e do curso de Serviço Social da UFOP. Membro do Núcleo de Estudos em Movimentos Sociais e Práticas Sociais (NEMPS) cadastrado no CNPq. dborgesribeiro@yahoo.com.br

contrapartida, apenas 22% dos homens admitiram ser machistas e 4% se assumiram muito machistas, o que levou as autoras a discutirem um aparente paradoxo de um “machismo sem machistas” no Brasil. Se na pesquisa de 2001 apenas 21% das entrevistadas se consideravam feministas, na pesquisa de 2010 esse número subiu para 31%, fato que, segundo as autoras, pode estar associado ao surgimento de instituições e ações de maior visibilidade, como a criação da atual Secretaria de Políticas para Mulheres, a Lei Maria da Penha e o incentivo à participação nas conferências de políticas para mulheres.

Os três capítulos seguintes tratam especificamente do tema violência doméstica. Os principais dados apresentados foram os seguintes: 75% das mulheres e 59% dos homens admitiram dar uns tapas, de vez em quando, nas crianças. Esses números não sofreram mudanças significativas se consideradas a escolaridade e o poder aquisitivo dos pais. Discute-se que ter apanhado quando criança pode conduzir os pais a comportamentos violentos, na medida em que ter vivenciado a violência pode auxiliar na sua aceitação na idade adulta. Quarenta por cento das mulheres declararam já ter sofrido alguma violência. Se por meio da pesquisa realizada em 2001 podia-se afirmar que, a cada 15 segundos, uma mulher era espancada; a partir dos dados de 2010, pode-se inferir que, a cada 24 segundos, uma mulher é espancada no Brasil, número ainda muito elevado. Apesar das taxas elevadas, é significativo o número de mulheres que não denunciaram a violência, variando de 90% a 70%, embora 84% das mulheres e 85% dos homens já ouviram falar da Lei Maria da Penha. Dos homens entrevistados, 44% relataram que sofreram violência doméstica. Mas, deve-se destacar que, no caso das mulheres, as violências às quais elas são acometidas são mais severas.

Os capítulos *A mulher e a mídia* e *As mulheres e as imagens da televisão* abordam alguns dados sobre a representação da mulher

na mídia. Das entrevistadas, 80% acreditavam que é ruim quando as mulheres se apresentam na televisão, dançando de roupas curtas e mostrando o corpo. Setenta e quatro por cento das mulheres relataram que são favoráveis a um maior controle da televisão. Sobre como deveria ser feito esse controle, 38% disseram que as próprias emissoras de tevê e agências de publicidade deveriam controlar melhor o que mostram e 37% apontaram que deveria existir maior fiscalização ou censura por parte do governo.

No oitavo capítulo, escrito por Maria Luiza Heilborn, discute-se a modernização dos costumes sexuais, como a perda do valor da virgindade feminina, embora ainda prevaleça a conjugalidade heterossexual. Quarenta e um por cento das mulheres participantes do estudo tiveram a primeira relação sexual entre 16 a 18 anos e a maioria delas (45%) teve um único parceiro; ao contrário dos homens, em que 35% afirmaram que tiveram mais de 15 parceiras. Cerca de um terço das entrevistadas tinham certeza de que já foram traídas por seus parceiros e aproximadamente 20% das mulheres admitiram ter tido relação sexual extraconjugal, sendo o principal motivo para esta conduta a vingança.

197

O capítulo *Mulheres no campo: polarização de gênero e sinais de ascensão* chama a atenção para o pequeno número de entrevistados do campo, o que pode gerar uma sub-representação (das 2.365 mulheres entrevistadas, 358 eram do campo, e dos 1.181 homens, 208 eram do campo). De qualquer forma, a inclusão das pessoas que residem no campo nessa pesquisa foi algo interessante. Dos 208 homens, 84% tinham uma parceira e das 358 mulheres, 79% tinham parceiros. As mulheres do campo, ainda mais do que as da cidade, entraram na vida reprodutiva muito mais cedo do que os homens, 41% delas tiveram filhos antes de completar 18 anos, enquanto apenas 16% dos homens tiveram filhos com esta idade. No campo, a metade dos homens afirmou que já teve relações

sexuais fora do casamento, enquanto 13% das mulheres disseram que tiveram. Oitenta e dois por cento dos homens se declararam economicamente ativos contra 41% das mulheres. Setenta e dois por cento das mulheres ganhavam abaixo de um salário mínimo e 40% dos homens no campo ganhavam esse valor. Há de se considerar que, nas cidades, apenas 33% das mulheres economicamente ativas ganhavam abaixo de um salário-mínimo.

O capítulo com o título *Mulheres brasileiras: sexualidade e prevenção da Aids* e os cinco capítulos seguintes abordam, principalmente, dados relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos. Entre as entrevistadas, 91% já mantiveram relações sexuais e, para 88% destas, a última relação sexual foi com parceiro estável. Entre as mulheres que já tiveram relações sexuais, 68% não usaram camisinha na última relação, esse número é de 60% no caso dos homens. Os autores ressaltam estes dados na medida em que muitas mulheres também afirmaram que achavam ou tinham certeza que o parceiro já manteve relações sexuais fora do relacionamento. Sobre os métodos anticoncepcionais usados entre as que já tiveram relações sexuais, 35% não usavam nenhum método; 25% usavam a pílula e 21% optaram pela laqueadura. Em 2010, das 2.365 mulheres, 1.751 (74%) já engravidaram; 402 (17%) nunca engravidaram e 212 (9%) eram virgens. Das que já engravidaram, 25% já tiveram uma gravidez interrompida, e o número de participantes que assumiu ter feito o aborto provocado foi de 16%. Quando questionados se deve haver punição para a mulher que faz aborto, 48% das mulheres e 52% dos homens acham que sim, sendo que a maioria acha que a mulher que aborta deveria ser presa ou ter outra punição drástica. Cinquenta e nove por cento das mulheres e 59% dos homens acham que as Igrejas estão certas ao tentarem interferirem na legislação sobre o aborto. Além dessas questões, a pesquisa envolveu uma

amostra de 542 entrevistadas que responderam perguntas sobre violência institucional na atenção ao parto.

Os quatro capítulos seguintes tratam, de forma mais pormenorizada, a situação das mulheres quanto ao trabalho remunerado e o trabalho doméstico não remunerado. Das 2.365 mulheres entrevistadas, 1.230 (52%) faziam parte da população economicamente ativa (PEA) e, dos 1.181 homens, 933 (79%) pertenciam a PEA. Em relação às mulheres, 26% estavam inseridas no mercado formal, 19% no mercado informal e 7% desempregadas. Das mulheres economicamente ativas, 10% trabalhavam como empregadas domésticas. As faixas salariais das entrevistadas que estavam trabalhando de maneira remunerada eram de até um salário-mínimo para 38%, de mais de um a dois salários-mínimos para 31%, de mais de dois salários-mínimos para 15% e de mais de cinco salários-mínimos para 5%. Das 48% que estavam fora da PEA, 52,1% eram donas de casa, 20,8% eram aposentadas e 22,9% estudavam. Quanto aos homens, 44% estavam no mercado formal, 24% no mercado informal e 10% desempregados. As mulheres que nunca trabalharam relataram, majoritariamente, que fizeram essa escolha para cuidarem dos filhos. Noventa e um por cento das mulheres declararam que são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico da casa.

As discussões sobre a participação das mulheres na política é assunto dos cinco capítulos seguintes. Os dados analisados reservam especial atenção à pouca participação das mulheres em cargos políticos. Para 80% das mulheres e 82% dos homens entrevistados, a política é importante. Setenta por cento das mulheres e quarenta e nove por cento dos homens concordaram com a frase: "A política seria melhor se houvesse mais mulheres em postos importantes". Trinta e quatro por cento das mulheres e 39% dos homens nunca votariam em quem é a favor da união civil de pessoas do mesmo sexo; 43% das mulheres e 39% dos homens nunca votariam em quem é a favor da

pena de morte; 51% das mulheres e 45% dos homens não votariam em quem pratica umbanda ou candomblé; 57% das mulheres e 56% dos homens não votariam em quem é a favor da legalização do aborto; 66% das mulheres e 61% dos homens não votariam em quem não acredita em Deus; 74% das mulheres e 66% dos homens não votariam em quem é a favor da legalização da maconha. Os dados mostram a persistência de concepções machistas e conservadoras que influenciam também o campo da política. O livro é finalizado com dois capítulos que retomam aspectos importantes para a análise do sistema capitalista patriarcal que ainda impregna a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

VENTURINI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, 2013.

200

Recebido: 16/08/2015

Aprovado: 16/09/2015